COMPANHIA MÜLLER DE BEBIDAS

C.N.P.J. nº 03.485.775/0001-92 - NIRE 35.300.174.054

CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam os acionistas da Companhia convocados a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a se realizar, em primeira convocação, no dia 26.5.2025, às 9:00 horas, de forma exclusivamente digital, nos termos do artigo 124, §2º-A da Lei das S/A e da Seção VIII (Reuniões ou Assembleias Semipresenciais ou Digitais) do Manual de Registro de Sociedade Anônima publicado pelo DREI, por meio de plataforma eletrônica cujos acessos serão oportunamente disponibilizados, para deliberar acerca da seguinte ordem do dia: "***(i)*** *reversão parcial do Orçamento de Capital da Companhia; e* ***(ii)*** *distribuição aos acionistas dos lucros objeto da referida reversão, a título de dividendos e/ou de juros sobre capital próprio*". **Henrique Souza e Silva Peretto** - Presidente do Conselho de Administração da Companhia. Pirassununga, 15.5.2025. (16,17,20)

GAIA IMPACTO SECURITIZADORA S.A.

CNPJ nº 14.876.090/0001-93

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DAS 1ª, 2ª, 3ª E 4ª SÉRIES DA 34ª EMISSÃO DA GAIA IMPACTO SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio Séries 1ª, 2ª, 3ª e 4ª da 34ª Emissão da Gaia Impacto Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 14.876.090/0001-93 ("Titulares dos CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Séries da 34ª Emissão da Gaia Impacto Securitizadora S.A, celebrado em 29 de dezembro de 2022, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia") em segunda convocação, a realizar-se no dia 26 de maio de 2025, às 15:30 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Google Meet*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.grupogaia.com.br), as quais foram emitidas sem opinião modificada; e **(ii)** A autorização para a Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, realizarem todos os atos e celebrarem todos e quaisquer documentos necessários para a implementação das deliberações da Assembleia. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRA de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Google Meet* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para assembleia@grupogaia.com.br, e agentefiduciario@framcapital.com, a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos) até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRA (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos assembleia@grupogaia.com.br, e agentefiduciario@framcapital.com, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.grupogaia.com.br) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRA ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Instrução de Voto serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRA ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRA, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. São Paulo, 17 de maio de 2025.

GAIA IMPACTO SECURITIZADORA S.A. Nome: João Paulo Pacífico - Cargo: Diretor de Relações com Investidores

GAIA IMPACTO SECURITIZADORA S.A.

CNPJ nº 14.876.090/0001-93

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO SÉRIE ÚNICA DA 36ª EMISSÃO DA GAIA IMPACTO SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio Série Única da 36ª Emissão da Gaia Impacto Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 14.876.090/0001-93 ("Titulares dos CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio Série Única da 36ª Emissão da Gaia Impacto Securitizadora S.A, celebrado em 03 de julho de 2023, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a realizar-se no dia de 04 junho de 2025, às 10:30 horas, em segunda convocação, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Google Meet*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Segunda Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.grupogaia.com.br), as quais foram emitidas sem opinião modificada; e **(ii)** A autorização para a Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, realizarem todos os atos e celebrarem todos e quaisquer documentos necessários para a implementação das deliberações da Assembleia. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRA de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Google Meet* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para assembleia@grupogaia.com.br, e fiduciario@commcor.com.br, a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos) até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRA; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRA (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos assembleia@grupogaia.com.br, e fiduciario@commcor.com.br respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.grupogaia.com.br) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRA ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Instrução de Voto serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRA ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRA, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. São Paulo, 15 de maio de 2025. **GAIA IMPACTO SECURITIZADORA S.A.** Nome: **João Paulo dos Santos Pacifico** Cargo: Diretor de Relações com Investidores

GAIA IMPACTO SECURITIZADORA S.A.

CNPJ nº 14.876.090/0001-93

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DAS 1ª, 2ª e 3ª SÉRIES DA 38ª EMISSÃO DA GAIA IMPACTO SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio Série Única da 36ª Emissão da Gaia Impacto Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 14.876.090/0001-93 ("Titulares dos CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª, 2ª e 3ª Séries da 38ª Emissão da Gaia Impacto Securitizadora S.A, celebrado em 02 de maio de 2024, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a realizar-se no dia de 04 junho de 2025, às 11:00 horas, em segunda convocação, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Google Meet*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Segunda Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.grupogaia.com.br), as quais foram emitidas sem opinião modificada; e **(ii)** A autorização para a Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, realizarem todos os atos e celebrarem todos e quaisquer documentos necessários para a implementação das deliberações da Assembleia. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRA de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Google Meet* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para assembleia@grupogaia.com.br, e fiduciario@commcor.com.br, a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos) até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRA; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRA (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos assembleia@grupogaia.com.br, e fiduciario@commcor.com.br respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.grupogaia.com.br) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRA ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Instrução de Voto serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRA ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRA, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. São Paulo, 15 de maio de 2025. **GAIA IMPACTO SECURITIZADORA S.A.** Nome: **João Paulo dos Santos Pacifico** Cargo: Diretor de Relações com Investidores

Five Trilhos - Administração e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 31.536.951/0001-03 - NIRE nº 35300521382 - COMPANHIA FECHADA

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2025

1. DATA, HORA E LOCAL: Em 15 de abril de 2025, às 13h00, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Chedid Jafet, 222, Bloco B, 4º andar, Sala 5, bairro Vila Olímpia, São Paulo/SP. **2. PRESENÇA:** Acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, cumpridas as formalidades exigidas pelo artigo 127 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976 ("LSA"). **3. CONVOCAÇÃO:** Dispensados os avisos em face da presença da única acionista, nos termos do parágrafo 4º, do artigo 124 da LSA. **4. PUBLICAÇÕES PRÉVIAS:** O Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2024, foram publicados no jornal O Dia, nas páginas 4 (digital) e 8 (impressa) nos dias 8, 9 e 10 de março de 2025. **5. MESA:** Presidente: Marcio Magalhães Hannas. Secretária: Fernanda Fonseca Reginato Borges. **6. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: **1) Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** as contas dos administradores, **(ii)** o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2024; **(iii)** a destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31/12/2024; **(iv)** a instalação do Conselho Fiscal; **(v)** a fixação da remuneração de Administradores; e **2) Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** a alteração de sede da Companhia, e consequentemente a alteração do Artigo 1º, do Estatuto Social da Companhia; **(ii)** a alteração do modo de publicação das Demonstrações Financeiras da Companhia; e **(iii)** a consolidação do Estatuto Social da Companhia. **7. DELIBERAÇÕES:** A acionista da Companhia deliberou aprovar: **1) Em matéria ordinária: (i)** A lavratura da presente ata sob a forma de sumário conforme faculta o artigo 130, parágrafo 1º, da LSA e a dispensa da leitura dos documentos referidos no artigo 133 da LSA; **(ii)** O Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2024, publicados conforme o item "Publicações Prévias" acima, já devidamente auditados por **KPMG AUDITORES INDEPENDENTES LTDA.**, conforme Relatório datado de 07/03/2025; **(iii)** A proposta da administração para a destinação do lucro líquido da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, no valor de R$ 26.003.993,43 (vinte e seis milhões, três mil, novecentos e noventa e três reais e quarenta e três centavos), que, terá a seguinte destinação: (a) a Reserva Legal deixou de ser constituída devido ao seu saldo ter alcançado o limite obrigatório de 20% do capital social da Companhia, nos termos do artigo 193 da LSA; (b) o montante de R$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de reais) foi pago em 29/10/2024 à acionista, a título de dividendos intermediários, correspondente a R$ 2,53521126761 por ação, à conta de parte dos lucros apurados entre o período de 1º de janeiro de 2024 a 30 de setembro de 2024, conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 23/10/2024; e (c) O montante de R$ 8.003.993,43 (oito milhões, três mil, novecentos e noventa e três reais e quarenta e três centavos), correspondentes a R$ 1,1273230183 por ação, sendo que R$ 7.800.000,00 (sete milhões e oitocentos mil reais), correspondentes a R$ 1,0985915493 por ação, serão pagos em 28/04/2025, conforme posição acionária desta Assembleia e o saldo restante, no valor de R$ 203.993,43, correspondentes a R$ 0,02873146901 por ação, serão pagos conforme vier a ser oportunamente deliberado. **(iv)** A dispensa de instalação do Conselho Fiscal da Companhia, conforme facultado pelo artigo 161 da LSA e pelo artigo 15 do Estatuto Social; **(v)** A verba global e anual para a remuneração dos membros da Administração da Companhia no valor de até R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), incluindo honorários, eventuais gratificações, seguridade social e benefícios que sejam atribuídos aos administradores em razão da cessação do exercício do cargo de administrador, sendo certo que o montante aqui proposto inclui os valores referentes aos encargos sociais de FGTS que forem devidos, ficando a cargo do Conselho de Administração da Companhia a fixação do montante individual e, se for o caso, a concessão de verbas de representação e/ou benefícios de qualquer natureza, conforme artigo 152 da LSA; **2) Em matéria extraordinária: (i)** A alteração da sede da Companhia da Avenida Chedid Jafet, 222, Bloco B, 4º andar, Sala 5, bairro Vila Olímpia, São Paulo/SP **para:** Av. Dra. Ruth Cardoso, nº 8.501, 5º andar, sala 5, Pinheiros, São Paulo - SP, CEP: 05425-070, e consequentemente, a alteração do Artigo 1º, do Estatuto Social, que passará a vigorar com a seguinte redação: *"Artigo 1º. A* **FIVE TRILHOS - ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.** *é uma sociedade anônima, com sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Dra. Ruth Cardoso, nº 8.501, 5º andar, sala 5, Pinheiros, São Paulo - SP, CEP: 05425-070. O Conselho de Administração poderá deliberar sobre a abertura ou encerramento de filiais ou outras dependências."* **(ii)** A alteração do modo de publicação das Demonstrações Financeiras, substituindo a divulgação no jornal "O Dia" pelo envio via SPED (Sistema Público de Escrituração Digital), nos termos do artigo 294, da LSA; e **(iii)** A consolidação do Estatuto Social da Companhia, de acordo com a alteração aprovada no item (i), conforme constante do **Anexo I** da presente ata, sendo uma via levada a registro perante a Junta Comercial competente, sendo dispensada a publicação integral. **8. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, é assinada por todos os presentes, sendo que a certidão desta ata será assinada digitalmente, de acordo com previsto no parágrafo 1º do artigo 10 da MP 2.200-2/2001 e na alínea "c", do §1º do artigo 5º, da Lei nº 14.063/2020, e levada a registro perante a Junta Comercial competente. São Paulo/SP, 15 de abril de 2025. **Assinaturas**: Marcio Magalhães Hannas, Presidente e Fernanda Fonseca Reginato Borges, Secretária. Acionista: **(1) CONCESSIONÁRIA DAS LINHAS 5 E 17 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.**, por Antonio Marcio Barros Silva. Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado em Livro próprio. *Marcio Magalhães Hannas - Presidente da Mesa - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil, Fernanda Fonseca Reginato Borges - Secretária - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil.* JUCESP nº 164.560/25-7 em 12.05.2025, Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://assinaturas.certisign.com.br:443 e utilize o código 1B30-EB36-F0F1-AEDD.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 20/05/2025

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://assinaturas.certisign.com.br:443 e utilize o código 1B30-EB36-F0F1-AEDD.

VERDE SERVIÇOS INTERNACIONAIS S.A.

CNPJ/MF nº 19.749.561/0001-16

VERDE asset management

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Atendendo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. A Verde Serviços Internacionais S.A. adota uma filosofia de investimento que se baseia em estudo e trabalho intenso de pesquisa e em um processo profundo de análises macro e microeconômicas com viés fundamentalista, contemplando o mercado local e internacional. A Verde Serviços Internacionais S.A. possui uma estrutura que permite um fluxo constante de informações entre as diversas áreas de gestão e pesquisa, de maneira que todas as decisões sejam discutidas intensamente por todos e a qualquer momento, garantindo o entendimento geral das oportunidades e qualidade nas decisões. Em 31 de dezembro de 2024, a Verde Serviços Internacionais S.A. possuía R$ 7,51 bilhões (2023 - R$ 6,32 bilhões) de ativos sob gestão. ***Destaques do exercício:*** • **Receitas Operacionais:** Em 2024 as receitas operacionais auferidas pela Verde Serviços Internacionais S.A. passaram a ser compostas pelas: (a) Taxa de Administração, calculada sobre o valor do patrimônio líquido de cada Fundo e deduzida diariamente do patrimônio líquido do Fundo. O total da taxa de administração correspondeu a R$ 29.672 mil (2023 - R$ 17.892 mil); e (b) Taxa de Performance, sempre que aplicável e disposto no regulamento no Fundo, sendo equivalente a um percentual aplicável sobre a valorização da cota de cada Fundo que exceder 100% (cem por cento) do índice de referência, já descontada a remuneração baseada na taxa de administração. O valor devido como taxa de performance é provisionado diariamente pelo Fundo, pago semestralmente em 30.06 e 31.12 de cada ano ou no resgate de quotas, o que ocorrer primeiro. Na eventualidade das cotas apresentarem rentabilidade inferior à variação do índice de referência, ao final de um determinado período de performance, nenhuma taxa de performance será paga, até que seja compensada a diferença negativa entre a variação da rentabilidade das cotas e a variação do índice de referência. O total da taxa de performance no período correspondeu a R$ 601 mil (2023 - R$164 mil). • **Receitas Financeiras:** As receitas auferidas em 2024 totalizaram R$ 1.102 mil (2023 - R$ 950 mil), tendo sido originadas por operações compromissadas com lastro em DI aplicadas junto ao Itaú Unibanco S/A., com remuneração de até 96% do CDI e por cotas do Fundo "VGC Renda Fixa Referenciado DI", administrado pela Intrag DTVM LTDA, sem vencimento e com liquidez imediata e com ativos representados substancialmente por operações compromissadas. • **Despesas Operacionais:** As despesas operacionais totalizaram R$ 6.001 mil (2023 - R$ 6.319 mil), sendo R$ 2.439 mil (2023 - R$ 2.189 mil) referente a despesas administrativas, R$ 3.205 mil (2023 - R$ 3.842 mil) de despesas com pessoal, R$ 14 mil (2023 - R$ 12 mil) de despesas de depreciação e amortização e R$ 343 mil (2023 - R$ 276 mil) de despesas tributárias. • **Impostos:** Imposto de renda e contribuição social totalizaram R$ 8.230 mil (2023 - R$ 4.160 mil) no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. • **Resultado do Período:** Apresentou um lucro líquido de R$ 16.381 mil (2023 - R$ 7.976 mil). **Auditoria independente:** Os trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram realizados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não foram prestados à Verde Serviços Internacionais S.A. outros serviços pelos seus auditores independentes que não os relacionados à auditoria das demonstrações financeiras.

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro - Em milhares de reais

Ativo	Nota	2024	2023
Circulante		**19.221**	**9.338**
Caixa e equivalentes de caixa	3	15.384	7.022
Contas a receber	4	3.304	2.006
Outros créditos		24	56
Despesas antecipadas		509	254
Não circulante		**26.872**	**24.456**
Depósitos judiciais	8	25.808	23.868
Ativos de direito de uso	5	1.037	554
Imobilizado	6	27	34
Total do ativo		**46.093**	**33.794**

Passivo	Nota	2024	2023
Circulante		**16.601**	**6.625**
Contas a pagar		20	42
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	7.1	1.431	2.247
Obrigações fiscais	7.2	5.152	2.099
Dividendos a pagar	9.3	9.998	2.237
Não circulante		**26.971**	**24.648**
Provisão para contingências	8	25.869	23.999
Passivos de arrendamento	5	1.102	649
Patrimônio líquido		**2.521**	**2.521**
Capital social	9.1	2.101	2.101
Reserva legal	9.2	420	420
Total do passivo e do patrimônio líquido		**46.093**	**33.794**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração do Resultado - Exercício findo em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	2024	2023
Receitas com prestação de serviços	10	30.273	18.056
(-) Impostos e contribuições sobre serviços prestados		(605)	(405)
Receita operacional líquida		**29.668**	**17.651**
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas administrativas	11	(2.439)	(2.189)
Despesas com pessoal	12	(3.205)	(3.842)
Despesas com depreciação e amortização	6	(14)	(12)
Despesas tributárias		(343)	(276)
Outras receitas despesas operacionais		90	11
Resultado operacional		**23.757**	**11.343**
Receitas (despesas) financeiras	13	854	793
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**24.611**	**12.136**
Imposto de renda e contribuição social do exercício	14	(8.230)	(4.160)
Lucro líquido do exercício		**16.381**	**7.976**
Ações do capital social no final do exercício		2.101.000	2.101.000
Lucro por ação do capital social no fim do exercício		7,80	3,80

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	16.381	7.976
Outros resultados abrangentes do exercício	-	-
Resultado abrangente do exercício	**16.381**	**7.976**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em milhares de reais

	Capital Social	Reserva legal	Lucro líquido do exercício	Total
Em 31 de dezembro de 2022	**2.101**	**420**		**2.521**
Lucro líquido do exercício			9.225	9.225
Destinação do lucro líquido do exercício:				-
Dividendos pagos			(5.549)	(5.549)
Dividendos a pagar			(3.676)	(3.676)
Em 31 de dezembro de 2023	**2.101**	**420**	**-**	**2.521**
Lucro líquido do exercício			16.381	16.381
Destinação do lucro líquido do exercício:				-
Dividendos pagos			(6.383)	(6.383)
Dividendos a pagar			(9.998)	(9.998)
Em 31 de dezembro de 2024	**2.101**	**420**	**-**	**2.521**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercício findo em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	2024	2023
Fluxos de caixa nas atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	24.611	12.136
Ajustes		
Despesa com depreciação / amortização	14	12
Provisão para contingências	1.870	2.300
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social ajustado	**26.495**	**14.448**
(Redução) em contas a receber	(1.298)	(504)
(Aumento) em despesas antecipadas	(255)	(7)
(Redução) em outros créditos	32	(11)
(Aumento) em depósitos judiciais	(1.940)	(2.304)
(Redução) em ativos de direito de uso	(483)	54
(Aumento) em contas a pagar	431	(4)
(Redução) em obrigações trabalhistas e previdenciárias	(816)	(274)
(Redução) em obrigações fiscais	(2.112)	(2.661)
Caixa proveniente/aplicado nas operações	**20.054**	**8.737**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.066)	(1.888)
Caixa líquido gerado das (utilizado nas) atividades operacionais	**16.988**	**6.849**
Fluxos de caixa nas atividades de investimentos		
Aquisição/baixa de imobilizado/intangível	(8)	(28)
Caixa líquido (utilizado) nas atividades de investimentos	**(8)**	**(28)**
Fluxos de caixa nas atividades de financiamentos		
Dividendos pagos no exercício	(8.620)	(9.415)
Caixa líquido (utilizado) nas atividades de financiamentos	**(8.620)**	**(9.415)**
(Aumento) de caixa e equivalentes de caixa	**8.362**	**(2.592)**
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	7.022	9.614
Caixa e equivalente de caixa no encerramento do exercício	15.384	7.022
(Aumento) de caixa e equivalentes de caixa	**8.362**	**(2.592)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional: A Verde Serviços Internacionais S.A. ("Companhia") domiciliada no Brasil, com sede na cidade e no estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima nº 3.600 - 11º andar, constituída em 13 de fevereiro de 2014 é uma sociedade anônima de capital fechado. A Companhia tem por objeto social: **i.** Exercício da administração de carteiras e valores mobiliários; **ii.** Gestão de fundos de investimentos e carteiras administradas constituídos no exterior; **iii.** Execução de serviços de controle em geral correlatos à administração e gestão de fundos de investimentos e carteiras administradas constituídos no exterior, e **iv.** Prestação de serviços de controle de risco de fundos de investimento e carteiras administradas constituídas no exterior. A emissão destas Demonstrações Financeiras foi autorizada pela Diretoria em 15 de maio de 2025.

2. Resumo das principais políticas contábeis: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma. **2.1. Base de preparação e apresentação:** As Demonstrações Financeiras foram preparadas pela Companhia e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. A preparação de Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das práticas contábeis. **2.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários disponíveis, bem como aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, quando aplicáveis. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. **2.3. Instrumentos financeiros:** O CPC 48 (IFRS 9) aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9, foi emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB) em julho de 2014 e pelo CPC em 2016, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. **2.3.1. Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, que se referem aos saldos junto as Instituições Financeiras (Nota 3) e mensurados ao custo amortizado que compreende o "contas a receber de clientes". A classificação está alinhada ao modelo de negócios da entidade para a gestão de ativos financeiros e também nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. A Companhia em 2024 e 2023 possui instrumentos financeiros classificados em nível 1. A Companhia não possui instrumentos derivativos e não adota contabilização de hedge. **2.3.2. Reconhecimento e mensuração:** Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas (despesas) financeiras" no período em que ocorrem. **2.4. Contas a receber:** As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços de gestão dos fundos de investimentos no decurso normal das atividades da Companhia. O prazo de recebimento é inferior a um ano, portanto, as contas a receber estão classificadas no ativo circulante. **2.5. Arrendamentos:** A Companhia aluga andar de prédio comercial para sua área administrativa. O contrato de aluguel foi realizado para o período de 5 anos. Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos fixos estabelecidos contratualmente (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber). Os pagamentos do arrendamento são descontados utilizando a taxa incremental de empréstimo do arrendatário, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes. Para determinar a taxa incremental de empréstimo, a Companhia utilizou a taxa de financiamento obtida com instituição financeira relevante no mercado, que já possui o spread de crédito, de 11,55% a.a. Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento. Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. **2.6. Imobilizado:** Demonstrados ao custo histórico de aquisição, menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada, a partir da entrada da Companhia em operação. O custo histórico inclui os gastos necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração. **2.8. Imposto de renda e contribuição social:** São calculados com base nas alíquotas vigentes de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, para fins de determinação de exigibilidade. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. A apuração do imposto de renda e da contribuição social corrente foi apurada com base no regime do lucro real, alíquotas de 9% para Contribuição Social e 15% para Imposto de Renda da base tributável, adicionando 10% de Impostos de Renda sobre a base tributável que exceder R$ 240 mil no ano. Os créditos tributários diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, são reconhecidos somente na extensão em que sua realização seja provável e quando o lucro futuro tributável estiver disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. **2.9. Capital social:** As ações do capital social são classificadas no patrimônio líquido. Os eventuais custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. **2.10. Reconhecimento da receita:** CPC 47 (IFRS 15) - Receitas de contratos com clientes: Foi emitido em maio de 2014 e é aplicável para relatórios anuais com início em 1º de janeiro de 2018. Esta norma específica como e quando será reconhecida a receita, bem como a exigência de que as Entidades forneçam aos usuários, em suas demonstrações financeiras, maior nível de informação e com notas explicativas completas. A norma traz cinco princípios básicos a serem aplicados a todos os contratos com clientes, sendo eles: i) identificar o contrato com o cliente; ii) identificar as obrigações de execução estabelecidas no contrato; iii) determinar o preço de transação; iv) alocar o preço de transação às obrigações de execução e v) reconhecer a receita no momento em que (ou à medida em que) a entidade cumprir uma obrigação de execução. O princípio básico do CPC 47 consiste em que uma entidade reconhece receitas para descrever a transferência de produtos ou serviços prometidos a clientes por um valor que reflete a contraprestação a que a entidade espera ter direito em troca desses produtos ou serviços. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelos serviços de gestão de fundos de investimentos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e quando não existirem incertezas quanto a realização financeira, conforme descrição a seguir. **(a) Taxas de administração:** As taxas de administração são reconhecidas nos períodos em que os correspondentes serviços são realizados, em conformidade com os critérios de reconhecimento definidos contratualmente que em geral, refere-se a um percentual aplicado sobre o patrimônio líquido de cada fundo de investimento sob gestão. Os percentuais das taxas de administração são de até 2% ao ano. **(b) Taxas de performance:** As taxas de performance são reconhecidas contabilmente quando, o retorno dos ativos sob gestão num determinado período pré-estabelecido nos regulamentos de cada fundo, ultrapassam certos referenciais de retorno (benchmark) ou outros referenciais de performance de acordo com o regulamento de cada fundo. Os períodos de apuração das taxas de performance são semestrais, encerrando-se, substancialmente em junho e dezembro de cada exercício. **2.11. Distribuição de lucros:** A distribuição de lucros aos acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas Demonstrações Financeiras, com base no Estatuto Social. **2.12. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios abaixo: **(a) Ativos contingentes:** Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras. **(b) Passivos contingentes:** Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Para os processos cujo o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas e para os processos cujo risco de perda é remoto não é efetuada qualquer divulgação. **(c) Obrigações legais:** São derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, e têm os seus montantes integrais reconhecidos contabilmente. **2.13. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As Demonstrações Financeiras estão sendo apresentadas em reais, moeda funcional e de apresentação da Companhia.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Conta corrente	9	5
Aplicações financeiras (*)	15.375	7.017
Total	**15.384**	**7.022**

(*) Em 31 de dezembro de 2024, as aplicações financeiras estão representadas por operações compromissadas com lastro em DI aplicadas junto ao Itaú Unibanco S/A., com remuneração de até 96% do CDI, e por cotas do Fundo "VGC Renda Fixa Referenciado DI", administrado pelo Credit Suisse Heding Griffo Corretora de Valores Mobiliários, sem vencimento, com liquidez imediata e com ativos representados substancialmente por operações compromissadas. O resultado com operações compromissadas e aplicação em Fundos de Investimentos, foi de R$ 950 (R$ 950 em 2023) e estão registrados em "Receitas financeiras" (Nota 13).

4. Contas a receber: A Verde Serviços Internacionais S.A., realiza a gestão da carteira de fundos internacionais cujo cálculo da cota está sob a responsabilidade do Banco Itaú S.A. O patrimônio líquido dos Fundos geridos no exterior, em 31 de dezembro de 2024, totaliza R$7,51 bilhões (R$ 6,32 bilhões em 2023). Em 31 de dezembro de 2024, o montante a receber de R$3.304 (R$ 2.006 em 2023) referia-se a taxa de administração e performance que foram recebidas em janeiro de 2025.

5. Arrendamentos: O balanço patrimonial contém os seguintes saldos relacionados a arrendamentos:

	31/12/2024	31/12/2023
Ativos de direito de uso		
Aluguel - CPC 06 (a)	1.211	694
Depreciação Acumulada	(174)	(86)
Total	**1.037**	**554**
	31/12/2024	**31/12/2023**
Passivo de arrendamentos		
Contrato de locação	1.827	1.043
(-) Juros sobre contrato de locação	(725)	(373)
Total	**1.102**	**649**

(a) O contrato de aluguel foi assinado entre a Verde Asset, Verde Serviços e FL Square Fundo de Investimento Imobiliário, dono do imóvel alugado pela própria Verde, localizado na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.600 - 11º andar. O contrato foi firmado em 01 de abril de 2021, com prazo de cinco anos. As movimentações de saldos do ativos de direito de uso é evidenciada abaixo:

	2024	2023
Saldo em 1º de janeiro	**554**	**608**
Adições por novos contratos	1.121	-
Ajustes por remensuração	(529)	26
Despesa de depreciação	(109)	(80)
Saldo em 31 de dezembro	**1.037**	**554**

As movimentações dos saldos dos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro abaixo:

	2024	2023
Saldo em 1º de janeiro	**649**	**670**
Juros provisionados	(825)	(16)
Juros pagos	124	77
Adição por novos contratos	1.946	-
Pagamentos	(163)	(129)
Ajuste de remensuração	(629)	47
Saldo em 31 de dezembro	**1.102**	**649**

6. Imobilizado: A composição do saldo está abaixo apresentada:

Imobilizado	2023	Adições/ Exclusões	2024
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2	-	2
Benfeitorias em imóveis de terceiros - Depreciação Acumulada	(1)	-	(1)
Valor contábil líquido	**1**	**1**	**1**
Mobiliário	24	-	24
Mobiliário - Depreciação Acumulada	(20)	(3)	(23)
Valor contábil líquido	**4**	**4**	**1**
Aparelhos de refrigeração	2	-	2
Aparelhos de refrigeração - Depreciação Acumulada	(2)	-	(2)
Valor contábil líquido	**-**	**-**	**-**
Equipamentos de comunicação	43	-	43
Equipamentos de comunicação - Depreciação Acumulada	(37)	(5)	(42)
Valor contábil líquido	**6**	**6**	**1**
Equipamentos - Hardware	267	7	274
Equipamentos - Hardware - Depreciação Acumulada	(244)	(6)	(250)
Valor contábil líquido	**23**	**23**	**24**
Imobilizado total	338	7	345
Imobilizado total - Depreciação Acumulada	(304)	(14)	(318)
Valor contábil líquido do imobilizado em 31 de dezembro	**34**	**(7)**	**27**

Intangível	2023	Adições/ Exclusões	2024
Software	140	-	140
Software - Depreciação Acumulada	(140)	-	(140)
Valor contábil líquido do intangível em 31 de dezembro	**-**		**-**

7. Outras Obrigações: 7.1. Obrigações trabalhistas e previdenciárias: A composição do saldo está abaixo apresentada:

	2024	2023
Provisão de férias e encargos	133	109
Provisão de bônus e encargos (a)	1.167	1.954
Encargos s/ folha	54	60
Provisão PLR funcionários (b)	77	124
Total	**1.431**	**2.247**

(a) A companhia possui um programa de bônus, que tem por finalidade permitir que os Colaboradores elegíveis, que cumpram as regras ora estabelecidas, recebam bônus como contrapartida por seu desempenho profissional individual e coletivo em função dos resultados da Companhia apurados em cada exercício social e sujeito aos limites dispostos nesse Programa, de modo a: (i) estimular o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (ii) alinhar os interesses dos Colaboradores aos da Companhia e seus acionistas; (iii) estimular a permanência dos Colaboradores. (b) Foi instituído em 2021 um programa de PLR, calculado com base nos resultados da Companhia apurados em cada semestre e de acordo o Programa, 2,25% do lucro operacional das Empresas será destinado aos funcionários. **7.2. Obrigações fiscais:** A composição do saldo está abaixo apresentada:

	2024	2023
IRPJ e CSLL	4.973	2.060
PIS e COFINS	6	3
ISS	63	-
Outros impostos	110	36
Total	**5.152**	**2.099**

8. Provisão para contingências: Em julho de 2016, a Verde Serviços Internacionais S.A. impetrou o Mandado de Segurança nº 1033530-57.2016.8.26.0053 ("Mandado de Segurança"), distribuído para a 14ª Vara de Fazenda Pública de São Paulo, para pleitear o reconhecimento do direito da Companhia de não sujeitar ao ISSQN (Imposto sobre serviços de quaisquer natureza) os valores advindos da prestação de serviços de gestão de fundos quando prestados para investidores em fundos estabelecidos no exterior, sendo que o juiz de primeiro grau deferiu liminar requerida pela Companhia para autorizá-la a depositar em juízo os valores relativos ao imposto vencido e a vencer, conforme decisão interlocutória de 29 de julho de 2016. O valor total depositado em juízo, corrigido até a data base de 31 de dezembro de 2024 é de R$ 24.824 (R$ 23.091 em 2023). Em função do Mandado de Segurança, a Companhia optou pela constituição de provisão para contingências referentes aos depósitos judiciais efetuados, o passivo contingente, corrigido até a data base de 31 de dezembro de 2024 é de R$24.824 (R$ 23.125 em 2023). Em 18 de outubro de 2019, a Verde Serviços Internacionais S/A., impetrou o Mandado de Segurança nº: 5019677-75.2019.4.03.6100 ("Mandado de Segurança"), distribuído para a 22ª Vara Cível Federal de São Paulo, para pleitear o não recolhimento das contribuições correspondentes à terceiros, calculadas sob a folha de pagamento e ressarcimento dos recolhimentos realizados nos últimos 5 anos. Em função do Mandado de Segurança, a Companhia optou pela constituição de provisão para contingências referentes aos depósitos judiciais que foram e serão efetuados. O passivo contingente em 31 de dezembro de 2024 é de R$ 1.045 (R$ 874 em 2023), com depósitos judiciais realizados até a mesma data, no montante de R$984 (R$ 777 em 2023).

9. Patrimônio líquido: 9.1. Capital Social: O capital social da Companhia totalmente integralizado em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R$ 2.101, composto por 2.101.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **9.2. Reserva legal:** Conforme disposto no Estatuto Social da Companhia, do lucro líquido do período, 5% se aplicam, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não pode exceder a 20% do capital social, sendo que o saldo restante será, semestralmente, destinado na sua totalidade ao pagamento de dividendos aos acionistas. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo em reserva legal é de R$420 (R$420 em 2023), saldo este não há alteração visto que o montante constituído representa 20% do capital social da Empresa. **9.3. Dividendos:** Em 30 de junho de 2024, foi aprovado pelos diretores, a distribuição de dividendos ao seu único acionista, Holding Verde Empreendimentos e Participações S.A., no valor de R$6.193 com base no lucro líquido apurado no balanço levantado em 30 de junho de 2024. O pagamento dos dividendos foi realizado em uma única parcela em 31 de julho de 2024. Em 31 de dezembro de 2024, foi aprovado pelos diretores, a distribuição de dividendos ao seu único acionista, Holding Verde Empreendimentos e Participações S.A., no valor de R$9.998 com base no lucro líquido apurado no balanço levantado em 31 de dezembro de 2024. O pagamento dos dividendos será realizado em 2025. **9.4. Destinação do resultado:** No exercício de 2024, os resultados foram destinados como segue:

	2024	2023
Base de cálculo para destinação dos resultados	16.381	7.976
Dividendos pagos	(6.383)	(5.739)
Dividendos propostos	(9.998)	(2.237)

10. Receitas com prestação de serviços: A receita com serviço de gestão e performance sobre resgates, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi no montante de R$ 30.273 (R$ 18.056 em 2023), reconhecida no regime de competência (nota 2.10).

	2024	2023
Gestão	29.672	17.892
Performance	601	164
Total	**30.273**	**18.056**

11. Despesas administrativas: A composição do saldo está abaixo apresentada:

	2024	2023
Especializados	(1.650)	(1.540)
Doações	(319)	(174)
Processamento de dados	(248)	(263)
Locação	(108)	(88)
Terceiros	(34)	(31)
Outras despesas	(40)	(35)
Publicações	(9)	(9)
Manutenção e conservação	(16)	(21)
Transporte	(1)	(3)
Viagens	(14)	(25)
Total	**(2.439)**	**(2.189)**

12. Despesas com pessoal: A composição do saldo está abaixo apresentada:

	2024	2023
Bônus e encargos	(1.352)	(2.042)
Proventos	(971)	(992)
Provisão de PLR	(175)	(250)
Encargos	(444)	(327)
Benefícios	(263)	(231)
Total	**(3.205)**	**(3.842)**

13. Receitas (despesas) financeiras: A composição do saldo está abaixo apresentada:

	2024	2023
Rendimento de aplicações financeiras	950	950
Outras receitas/despesas	(96)	(157)
Total	**854**	**793**

14. Imposto de renda e contribuição social: Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (nota 2.8), a Companhia é tributada com base no lucro real. O imposto de renda e a contribuição social devidos sobre os lucros tributáveis foram apurados conforme segue:

	Imposto de renda	Contribuição Social
		2024
Resultado antes da tributação	**24.611**	**24.611**
Adições permanentes	512	512
Adições temporárias	88	88
Resultado Fiscal	**25.211**	**25.211**
Base de cálculo após ajustes permanentes e temporários	**25.211**	**25.211**
Imposto de renda (15%)	3.782	-
Imposto de renda - adicional (10%)	2.498	-
Contribuição social (9%)	-	2.269
Deduções por incentivos fiscais	(319)	-
Total	**5.961**	**2.269**
		2023
	Imposto de renda	**Contribuição Social**
Resultado antes da tributação	**12.136**	**12.136**
Adições permanentes	104	104
Adições temporárias	577	577
Resultado Fiscal	**12.817**	**12.817**
Base de cálculo após ajustes permanentes e temporários	**12.817**	**12.817**
Imposto de renda (15%)	1.922	-
Imposto de renda - adicional (10%)	1.258	-
Contribuição social (9%)	-	1.154
Deduções por incentivos fiscais	(174)	-
Total	**3.006**	**1.154**

15. Partes relacionadas: A Companhia é controlada pela Holding Verde Empreendimentos e Participações S.A, que detêm 100% das ações ordinárias da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a companhia apresenta o saldo de dividendos a pagar no montante de R$9.998 (R$ 2.237 em 2023). A Companhia possui cotas do Fundo de Investimento "VGC FI Renda Fixa Referenciado DI", no valor de R$15.346 R$ 7.015 em 2023) sem vencimento, administrado pela Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores Mobiliários S.A. O resultado com essa operação foi de R$ 950 (R$ 950 em 2023).

a) Remuneração do pessoal-chave: A remuneração total do pessoal-chave da Administração, representado pelos diretores da Companhia, conforme demonstrado abaixo:

	2024	2023
Total Remuneração	120	120
Encargos sobre o total da remuneração	24	24
Total	**144**	**144**

16. Fatores de riscos financeiros: Risco de crédito: O risco de crédito surge da possibilidade de prejuízo resultante do não recebimento, de terceiros, dos valores contratados. A Companhia atenua os riscos de crédito aplicando o seu caixa em instituições financeiras de ótima qualidade e/ou em títulos do Tesouro Nacional. **Risco de mercado:** O risco de mercado está relacionado com a possibilidade de perda/ganho devido às flutuações de preços dos ativos financeiros. A Companhia investe apenas em operações compromissadas indexadas ao CDI com liquidez diária e Letras Financeiras do Tesouro, ambos com baixíssimo risco de mercado. A receita gerada pelos fundos sob gestão da companhia está sujeita a variações dos preços de mercado. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez é controlado para que não haja descasamento na liquidação dos direitos e obrigações da Companhia. O monitoramento desse risco é crucial para permitir que as transações sejam liquidadas de maneira oportuna e segura. A Companhia aplica seus recursos financeiros em operações compromissadas com liquidez diária e Letras Financeiras do Tesouro que possuem liquidez elevada no mercado secundário.

17. Eventos subsequentes: Não foram verificados fatos caracterizados como eventos subsequentes.

Pedro Fukui - Diretor Financeiro

Synthesis ACCOUNTING & TAX

Contador - José Luiz Gonzaga - CRC nº: 1SP132371/O-5

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas **Verde Serviços Internacionais S.A.**

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Verde Serviços Internacionais S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

VERDE ASSET MANAGEMENT S.A. - CNPJ/MF nº 19.749.539/0001-76

VERDE asset management

Relatório da administração

Senhores Acionistas, Atendendo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. A Verde Asset Management S.A. adota uma filosofia de investimento que se baseia em estudo e trabalho intenso de pesquisa e em um processo profundo de análises macro e microeconômicas com viés fundamentalista, contemplando o mercado local e internacional. A Verde Asset Management S.A. possui uma estrutura que permite um fluxo constante de informações entre as diversas áreas de gestão e pesquisa, de maneira que todas as decisões sejam discutidas intensamente por todos e a qualquer momento, garantindo o entendimento geral das oportunidades e qualidade nas decisões. Em 31 de dezembro de 2024, a Verde Asset Management S.A. possuía R$ 11,15 bilhões (2023 – R$ 18,36 bilhões) de ativos sob gestão. ***Destaques do exercício:*** **• Receitas Operacionais:** Em 2024 as receitas operacionais auferidas pela Verde Asset Management S.A. passaram a ser compostas pelas: (a) Taxa de Administração, calculada sobre o valor do patrimônio líquido de cada Fundo e deduzida diariamente do patrimônio líquido do Fundo. O total da taxa de administração correspondeu a R$ 247.012 mil (2023 – R$ 348.696 mil); e (b) Taxa de Performance, sempre que aplicável e disposto no regulamento no Fundo, sendo equivalente a um percentual aplicável sobre a valorização da cota de cada Fundo que exceder 100% (cem por cento) do índice de referência, já descontada a remuneração baseada na taxa de administração. O valor devido como taxa de performance é provisionado diariamente pelo Fundo, pago semestralmente em 30.06 e 31.12 de cada ano ou no resgate de quotas, o que ocorrer primeiro. Na eventualidade das cotas apresentarem rentabilidade inferior à variação do índice de referência, ao final de um determinado período de performance, nenhuma taxa de performance será paga, até que seja compensada a diferença negativa entre a variação da rentabilidade das cotas e a variação do índice de referência. O total da taxa de performance no exercício correspondeu a R$ 3.105 mil (2023 – R$ 2.308 mil). **• Receitas Financeiras:** As receitas auferidas em 2024 totalizaram R$ 7.042 mil (2023 – R$ 16.385 mil), tendo sido originadas por operações compromissadas com lastro em DI aplicadas junto ao Itaú Unibanco S/A., com remuneração de até 96% do CDI e por cotas do Fundo "VGC Renda Fixa Referenciado DI", administrado pela Intrag DTVM LTDA, sem vencimento e com liquidez imediata e com ativos representados substancialmente por operações compromissadas. **Despesas Operacionais:** As despesas operacionais totalizaram R$ 119.280 mil (2023 – R$ 150.772 mil), sendo R$ 13.224 mil (2023 – R$ 15.793 mil) referentes a despesas administrativas, R$ 103.847 mil (2023 – R$ 132.903 mil) de despesas com pessoal, R$ 1.420 mil (2023 – R$ 1.386 mil) de despesas de depreciação e amortização e R$ 789 mil (2023 – R$ 690 mil) de despesas tributárias. **• Impostos:** Imposto de renda e contribuição social totalizaram R$ 39.167 mil (2023 – R$ 63.131 mil) no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. **Resultado do Período:** Apresentou um lucro líquido de R$ 68.571 mil (2023 – R$112.052 mil). **Auditoria independente:** Os trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram realizados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não foram prestados à Verde Asset Management S.A. outros serviços pelos seus auditores independentes que não os relacionados à auditoria das demonstrações financeiras.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro - Em milhares de reais

Ativo	Nota	2024	2023	Passivo	Nota	2024	2023
Circulante		**84.437**	**131.252**	**Circulante**		**84.317**	**129.363**
Caixa e equivalentes de caixa	3	75.829	121.755	Contas a pagar		533	562
Contas a receber	4	7.521	8.195	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	7.1	48.652	88.368
Outros créditos		167	26	Obrigações fiscais	7.2	14.036	25.625
Despesas antecipadas		920	1.276	Dividendos a pagar	9.3	18.195	12.730
Não circulante		**57.700**	**43.658**	Passivos de arrendamento	5	2.901	2.078
Depósitos judiciais	8	37.962	30.208	**Não circulante**		**54.447**	**42.174**
Ativos de direito de uso	5	16.249	8.677	Provisão para contingências	8	40.080	34.081
Imobilizado	6	3.473	4.739	Passivos de arrendamento	5	14.367	8.093
Intangível		16	34	**Patrimônio líquido**		**3.373**	**3.373**
				Capital social	9.1	2.811	2.811
				Reserva legal	9.2	562	562
Total do ativo		**142.137**	**174.910**	**Total do passivo e do patrimônio líquido**		**142.137**	**174.910**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional: A Verde Asset Management S.A. ("Companhia") domiciliada no Brasil, com sede na cidade e no estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima Nº 3.600 – 11º andar, constituída em 13 de fevereiro de 2014 é uma sociedade anônima de capital fechado. A Companhia tem por objeto social: **i.** O exercício da administração de carteiras e valores mobiliários próprios e/ou terceiros, especificamente fundos de hedge, fundos de investimentos em participações e fundos de renda fixa ofertada a investidores institucionais, em qualquer caso, no Brasil e no exterior; e **ii.** A participação no capital e nos lucros de outras empresas nacionais ou estrangeiras na condição de acionista, sócia ou quotista, titular de debêntures ou partes beneficiárias, em caráter permanente ou temporário, como controladora ou minoritária. A emissão destas Demonstrações Financeiras foi autorizada pela Diretoria em 15 de maio de 2025.

2. Resumo das principais políticas contábeis: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente no exercício apresentado, salvo quando indicado de outra forma. **2.1**. **Base de preparação e apresentação:** As Demonstrações Financeiras foram preparadas pela Companhia e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. A preparação de Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das práticas contábeis. **2.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários disponíveis, bem como aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, quando aplicáveis. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. **2.3. Instrumentos financeiros:** O CPC 48 (IFRS 9) aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9, foi emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) em julho de 2014 e pelo CPC em 2016, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. **2.3.1. Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, que se referem aos saldos junto as Instituições Financeiras e (ii) mensurados ao custo amortizado que compreendem o "contas a receber de clientes". A classificação está alinhada ao modelo de negócios da entidade para a gestão de ativos financeiros e também nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. A Companhia em 2024 e 2023 possui instrumentos financeiros mensurados a valor justo classificados em nível 1. A Companhia não possui instrumentos derivativos e não adota contabilização de hedge. **2.3.2. Reconhecimento e mensuração:** Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas (despesas) financeiras" no período em que ocorrem. **2.4. Contas a receber:** As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços de gestão dos fundos de investimentos no decurso normal das atividades da Companhia. O prazo de recebimento é inferior a um ano, e, portanto, as contas a receber estão classificadas no ativo circulante. **2.5. Arrendamentos:** A Companhia aluga andar de prédio comercial para sua área administrativa. O contrato de aluguel foi realizado para o período de 5 anos. Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos fixos estabelecidos contratualmente (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber). Os pagamentos do arrendamento são descontados utilizando a taxa incremental de empréstimo do arrendatário, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes. Para determinar a taxa incremental de empréstimo, a Companhia utilizou a taxa de financiamento obtida com instituição financeira relevante no mercado, que já possui o spread de crédito, de 11,55% a.a. Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento. Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. **2.6. Imobilizado:** Demonstrados ao custo histórico de aquisição, menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada, a partir da entrada da Companhia em operação. O custo histórico inclui os gastos necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração. **2.7**. **Intangível:** As licenças de *software* adquiridas são demonstradas pelo custo histórico menos amortização e perdas por *impairment* acumuladas. A vida útil dos ativos intangíveis da Companhia é estimada em 5 anos. **2.8. Imposto de renda e contribuição social:** São calculados com base nas alíquotas vigentes de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, para fins de determinação de exigibilidade. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. A apuração do imposto de renda e da contribuição social corrente foi apurada com base no regime do lucro real, alíquotas de 9% para Contribuição Social e 15% para Imposto de Renda da base tributável, adicionando 10% de Impostos de Renda sobre a base tributável que exceder R$ 240 mil no ano. Os créditos tributários diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, são reconhecidos somente na extensão em que sua realização seja provável e quando o lucro futuro tributável estiver disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. **2.9**. **Capital social:** As ações do capital social são classificadas no patrimônio líquido. Os eventuais custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. **2.10. Reconhecimento da receita:** O CPC 47 (IFRS 15) - Receitas de contratos com clientes específica como e quando será reconhecida a receita, bem como a exigência de que as Entidades forneçam aos usuários, em suas demonstrações financeiras, maior nível de informação e com notas explicativas completas. A norma traz cinco princípios básicos a serem aplicados a todos os contratos com clientes, sendo eles: i) identificar o contrato com o cliente; ii) identificar as obrigações de execução estabelecidas no contrato; iii) determinar o preço de transação; iv) alocar o preço de transação às obrigações de execução e v) reconhecer a receita no momento em que (ou à medida em que) a entidade cumprir uma obrigação de execução. O princípio básico do CPC 47 consiste em que uma entidade reconhece receitas para descrever a transferência de produtos ou serviços prometidos a clientes por um valor que reflete a contraprestação a que a entidade espera ter direito em troca desses produtos ou serviços. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelos serviços de gestão de fundos de investimentos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e quando não existirem incertezas quanto a realização financeira, conforme descrição a seguir. **(a) Taxas de administração:** As taxas de administração são reconhecidas nos períodos em que os correspondentes serviços são realizados, em conformidade com os critérios de reconhecimento definidos contratualmente que em geral, refere-se a um percentual aplicado sobre o patrimônio líquido de cada fundo de investimento sob gestão. Os percentuais das taxas de administração são de até 2% ao ano. **(b) Taxas de performance:** As taxas de performance são reconhecidas contabilmente quando o retorno dos ativos sob gestão num determinado período pré-estabelecido nos regulamentos de cada fundo, ultrapassam certos referenciais de retorno (benchmark) ou outros referenciais de performance de acordo com o regulamento de cada fundo. Os períodos de apuração das taxas de performance são semestrais, encerrando-se, substancialmente nos meses de junho e dezembro de cada exercício. **2.11. Distribuição de lucros:** A distribuição de lucros aos acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas Demonstrações Financeiras, com base no Estatuto Social. **2.12. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios abaixo: **(a) Ativos contingentes:** Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras. **(b) Passivos contingentes:** Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Para os processos cujo o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas e para os processos cujo risco de perda é remoto não é efetuada qualquer divulgação. **(c) Obrigações legais:** São derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, e têm os seus montantes integrais reconhecidos contabilmente. **2.13. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As Demonstrações Financeiras estão sendo apresentadas em reais, moeda funcional e de apresentação da Companhia.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Conta corrente	14	9
Aplicações financeiras (*)	75.815	121.746
Total	**75.829**	**121.755**

(*) Em 31 de dezembro de 2024, as aplicações financeiras estão representadas por operações em CDB-DI com remuneração de até 96% do CDI e por cotas do Fundo "VGC Renda Fixa Referenciado DI", administrado pela Intrag DTVM LTDA., sem vencimento e com liquidez. O resultado obtido com aplicações financeiras em renda fixa, em 31 de dezembro de 2024 foi de R$ 7.042 (R$ 16.385 em 31 de dezembro de 2023) e estão registrados em "Receitas financeiras" (Nota 14).

4. Contas a receber: A Verde Asset Management S.A., realiza a gestão da carteira de fundos nacionais cujo a administração está sob a responsabilidade da Credit Suisse Hedging-Griffo CV S.A. e BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A., cujos patrimônios líquidos dos Fundos geridos no país, em 31 de dezembro de 2024, totalizam R$ 11,15 bilhões (R$ 18,36 bilhões em 31 de dezembro de 2023). Em 31 de dezembro de 2024, o montante a receber de R$7.521 (R$ 8.195 em 31 de dezembro de 2023) referia-se a taxa de administração e performance, que foram recebidas em janeiro de 2025.

5. Arrendamentos: O balanço patrimonial contém os seguintes saldos relacionados a arrendamentos: As movimentações de saldos do ativo de direito de uso é evidenciada abaixo:

	2024	2023
Saldo em 1º de janeiro	**8.677**	**9.522**
Adições por novos contratos (a)	17.566	-
Ajustes por remensuração	(8.278)	402
Despesa de depreciação	(1.716)	(1.247)
Saldo em 31 de dezembro	**16.249**	**8.677**

(a) O contrato de aluguel foi assinado entre a Verde Asset, Verde Serviços e FL Square Fundo de Investimento Imobiliário, dono do imóvel alugado pela própria Verde, localizado na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.600 – 11º andar. O contrato foi firmado em 01 de abril de 2021, com prazo de cinco anos, com aditivo assinado em 01 de abril de 2024, com prazo de mais dez anos. As movimentações dos saldos dos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro abaixo:

	2024	2023
Saldo em 1º de janeiro	**10.171**	**10.500**
Juros provisionados	(12.922)	(249)
Juros pagos	1.946	1.205
Adição por novos contratos	30.488	-
Pagamentos	(2.550)	(2.016)
Ajuste de remensuração	(9.865)	731
Saldo em 31 de dezembro	**17.268**	**10.171**

6. Imobilizado e intangível: A composição do saldo está abaixo apresentada:

Imobilizado	2023	Adições/ Exclusões	2024
Instalações	10	-	10
Instalações - Depreciação acumulada	(9)	(1)	(10)
Valor contábil líquido	**1**	**(1)**	**-**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5.198	-	5.198
Benfeitorias em imóveis de terceiros - Depreciação acumulada	(2.218)	(1.039)	(3.257)
Valor contábil líquido	**2.980**	**(1.039)**	**1.941**
Mobiliário	1.026	-	1.026
Mobiliário - Depreciação acumulada	(277)	(103)	(380)
Valor contábil líquido	**749**	**(103)**	**646**
Máquinas	137	3	140
Máquinas - Depreciação acumulada	(28)	(14)	(42)
Valor contábil líquido	**109**	**(11)**	**98**
Aparelhos de refrigeração	59	-	59
Aparelhos de refrigeração - Depreciação acumulada	(13)	(6)	(19)
Valor contábil líquido	**46**	**(6)**	**40**
Obras de arte	139	-	139
Obras de arte - Depreciação acumulada	-	-	-
Valor contábil líquido	**139**	**-**	**139**
Equipamentos de comunicação	118	-	118
Equipamentos de comunicação - Depreciação acumulada	(106)	(12)	(118)
Valor contábil líquido	**12**	**(12)**	**-**
Equipamentos - Hardware	1.711	133	1.844
Equipamentos - Hardware - Depreciação acumulada	(1.008)	(227)	(1.235)
Valor contábil líquido	**703**	**(94)**	**609**
Imobilizado total	**8.398**	**136**	**8.534**
Depreciação acumulada total	**(3.659)**	**(1.402)**	**(5.061)**
Valor contábil líquido do imobilizado em 31 de dezembro	**4.739**	**(1.266)**	**3.473**

Intangível	2023	Adições/ Exclusões	2024
Software	840	-	840
Software - Amortização acumulada	(806)	(18)	(824)
Valor contábil líquido	**34**	**(18)**	**16**
Intangível total	**840**	**-**	**840**
Amortização acumulada total	**(806)**	**(18)**	**(824)**
Valor contábil líquido do intangível em 31 de dezembro	**34**	**(18)**	**16**

7. Outras obrigações - 7.1. Obrigações trabalhistas e previdenciárias: A composição do saldo está abaixo apresentada:

Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2024	2023
Receitas com prestação de serviços	10	250.117	351.004
(-) Impostos e contribuições sobre serviços prestados	11	(28.138)	(40.252)
Receita operacional líquida		**221.979**	**310.752**
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas administrativas	12	(13.224)	(15.793)
Despesas com pessoal	13	(103.847)	(132.903)
Despesas com depreciação e amortização	6	(1.420)	(1.386)
Despesas tributárias		(789)	(690)
Outras receitas operacionais		56	68
Resultado operacional		**102.755**	**160.048**
Receitas (despesas) financeiras	14	4.983	15.135
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**107.738**	**175.183**
Imposto de renda e contribuição social do exercício	15	(39.167)	(63.131)
Lucro líquido do exercício		**68.571**	**112.052**
Ações do capital social no final do exercício		2.811.000	2.811.000
Lucro por ação do capital social no fim do exercício		24,39	39,86

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	68.571	112.052
Outros resultados abrangentes do exercício	-	-
Resultado abrangente do exercício	**68.571**	**112.052**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	Capital Social	Reserva legal	Lucro líquido do exercício	Total
Em 31 de dezembro de 2022	**2.811**	**562**	**-**	**3.373**
Lucro líquido do exercício	-	-	112.052	112.052
Destinação do lucro líquido do exercício:				
Dividendos pagos	-	-	(99.322)	(99.322)
Dividendos a pagar	-	-	(12.730)	(12.730)
Em 31 de dezembro de 2023	**2.811**	**562**	**-**	**3.373**
Lucro líquido do exercício	-	-	68.571	68.571
Destinação do lucro líquido do exercício:				
Dividendos pagos	-	-	(50.376)	(50.376)
Dividendos a pagar	-	-	(18.195)	(18.195)
Em 31 de dezembro de 2024	**2.811**	**562**	**-**	**3.373**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

	2024	2023
Provisão de férias e encargos	2.284	2.750
Provisão de bônus e encargos (a)	43.352	81.162
Provisão PLR funcionários (b)	1.775	2.922
Encargos s/ folha	1.241	1.534
Total	**48.652**	**88.368**

(a) A companhia possui um programa de bônus, que tem por finalidade permitir que os Colaboradores elegíveis, que cumpram as regras ora estabelecidas, recebam bônus como contrapartida por seu desempenho profissional individual e coletivo em função dos resultados da Companhia apurados em cada exercício social e sujeito aos limites dispostos nesse Programa, de modo a: (i) estimular o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (ii) alinhar os interesses dos Colaboradores aos da Companhia e seus acionistas; (iii) estimular a permanência dos Colaboradores. (b) Foi instituído em 2021 um programa de PLR, calculado com base nos resultados da Companhia apurados em cada semestre e de acordo com o Programa, 2,25% do lucro operacional das Empresas será destinado aos funcionários. **7.2. Obrigações fiscais:** A composição do saldo está abaixo apresentada:

	2024	2023
IRPJ e CSLL	11.936	22.625
PIS e COFINS	1.718	2.432
ISS a recolher	367	519
Outros impostos	15	49
Total	**14.036**	**25.625**

8. Provisão para contingências: Em 18 de outubro de 2019, a Verde Asset Management S/A., impetrou o Mandado de Segurança nº: 5019677-75.2019.4.03.6100 ("Mandado de Segurança"), distribuído para a 22ª Vara Cível Federal de São Paulo, para pleitear o não recolhimento das contribuições correspondentes à terceiros, calculadas sob a folha de pagamento e ressarcimento dos recolhimentos realizados nos últimos 5 anos. Em função do Mandado de Segurança, a Companhia optou pela constituição de provisão para contingências referentes aos depósitos judiciais que foram e serão efetuados. O passivo contingente em 31 de dezembro de 2024, é de R$ 40.080 (R$34.081 em 31 de dezembro de 2023), com depósitos judiciais realizados até a mesma data, no montante de R$ 37.962 (R$ 30.208 em 31 de dezembro de 2023).

9. Patrimônio líquido - 9.1. Capital Social: O capital social da Companhia totalmente integralizado é de R$ 2.811 (2023 – R$ 2.811) composto por 2.811.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **9.2. Reserva legal:** Conforme disposto no Estatuto Social da Companhia, do lucro líquido do período, 5% se aplicam, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não pode exceder a 20% do capital social, sendo que o saldo restante será, semestralmente, destinado na sua totalidade ao pagamento de dividendos aos acionistas. Em 31 de dezembro de 2024 a reserva legal é de R$562 (R$562 em 31 de dezembro de 2023), saldo este não há alteração, visto que corresponde a 20% do capital social da Empresa. **9.3. Dividendos:** Em 29 de janeiro de 2024, foi aprovado pelos diretores, a distribuição de dividendos ao seu único acionista, Holding Verde Empreendimentos e Participações S.A., em complemento aos valores já distribuídos conforme deliberado em reunião da diretoria de 04 de janeiro de 2023, no valor de R$ 12.730 com base no lucro líquido apurado no balanço levantado em 31 de dezembro de 2023. O pagamento dos dividendos foi realizado em uma única parcela em 29 de janeiro de 2024. Em 04 de dezembro de 2023, foi aprovado pelos diretores a distribuição de dividendos intercalares ao seu único acionista, Holding Verde Empreendimentos e Participações S.A., no valor de R$ 99.322, com base no balanço levantado em 30 de novembro de 2023, pagos em 04 de dezembro de 2023. Em 30 de junho de 2024, foi aprovado pelos diretores, a distribuição de dividendos ao seu único acionista, Holding Verde Empreendimentos e Participações S.A. no valor de R$ 49.875 com base no lucro líquido apurado no balanço levantado em 30 de junho de 2024. O pagamento dos dividendos foi realizado em uma única parcela em 31 de julho de 2024. Em 31 de dezembro de 2024, foi aprovado pelos diretores, a distribuição de dividendos ao seu único acionista, Holding Verde Empreendimentos e Participações S.A. no valor de R$ 18.195 com base no lucro líquido apurado no balanço levantado em 31 de dezembro de 2024. O pagamento dos dividendos foi realizado em 2025. **9.4. Destinação do resultado**: Nos exercícios de 2024 e 2023, os resultados foram destinados como segue:

	2024	2023
Base de cálculo para destinação dos resultados	68.571	112.052
Dividendos pagos (*)	(50.376)	(99.322)
Dividendos propostos	(18.195)	(12.730)

(*) Os dividendos pagos no valor de R$50.376 em 2024 referente ao ano de 2024 difere do valor do fluxo de caixa (R$63.106) devido ao montante pago R$12.730 de dividendos em 29/01/2024 referente a segunda parcela do exercício de 2023.

10. Receitas com prestação de serviços: A receita com serviço de gestão e performance para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi no montante de R$250.117 (R$ 351.004 em 2023), reconhecida no regime de competência (nota 2.10).

	2024	2023
Gestão	247.012	348.696
Performance	3.105	2.308
Total	**250.117**	**351.004**

11. Impostos e contribuições sobre serviços prestados: Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 as deduções das receitas operacionais são compostas pelos seguintes saldos:

	2024	2023
ISS – Alíquota 2%	(5.002)	(7.020)
PIS – Alíquota 1,65%	(4.127)	(5.899)
COFINS – Alíquota 7,60%	(19.009)	(27.333)
Total	**(28.138)**	**(40.252)**

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	2024	2023
Fluxos de caixa nas atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	107.738	175.183
Ajustes		
Despesa com depreciação / amortização	1.420	1.386
Provisão para contingências	5.999	7.854
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social ajustado	**115.157**	**184.423**
(Aumento/Redução) em contas a receber	674	2.056
(Aumento/Redução) em outros créditos	(140)	22
(Aumento/Redução) em despesas antecipadas	356	61
(Aumento/Redução) em depósitos judiciais	(7.754)	(8.618)
(Aumento/Redução) em ativos de direito de uso	(7.572)	845
(Aumento/Redução) em contas a pagar	7.068	(133)
(Aumento/Redução) em obrigações trabalhistas e previdenciárias	(39.716)	(14.872)
(Aumento/Redução) em obrigações fiscais	(2.564)	(54.442)
Caixa proveniente (aplicado) nas operações	**65.509**	**109.342**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(48.192)	(36.758)
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	**17.317**	**72.584**
Fluxos de caixa nas atividades de investimentos		
(Aquisição) baixas de imobilizado/intangível	(137)	(526)
Caixa líquido (utilizado) nas atividades de investimentos	**(137)**	**(526)**
Fluxos de caixa nas atividades de financiamentos		
Dividendos pagos no exercício	(63.106)	(153.303)
Caixa líquido (utilizado) nas atividades de financiamentos	**(63.106)**	**(153.303)**
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(45.926)**	**(81.245)**
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	121.755	203.000
Caixa e equivalente de caixa no encerramento do exercício	75.829	121.755
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(45.926)**	**(81.245)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

12. Despesas administrativas: A composição do saldo está abaixo apresentada:

	2024	2023
Locação e instalações	(1.712)	(1.391)
Telecomunicações	(244)	(216)
Manutenção e conservação	(393)	(272)
Doações	(2.299)	(4.150)
Materiais	(147)	(110)
Processamento de dados	(3.939)	(3.887)
Serviços de terceiros	(563)	(551)
Serviços especializados	(2.832)	(3.195)
Transporte	(5)	(9)
Viagens	(540)	(560)
Eventos institucionais	(793)	(943)
(Outras despesas)/Reversão de despesas	341	(500)
Publicações	(9)	(9)
Indedutíveis	(89)	-
Total	**(13.224)**	**(15.793)**

13. Despesas com pessoal: A composição do saldo está abaixo apresentada:

	2024	2023
Bônus e encargos	(55.554)	(91.625)
Benefícios	(4.389)	(3.996)
Proventos	(27.487)	(27.858)
Encargos	(16.417)	(9.424)
	(103.847)	**(132.903)**

14. Receitas (despesas) financeiras: A composição do saldo está abaixo apresentada:

	2024	2023
Rendimento de aplicações financeiras (nota 3)	7.042	16.385
Receitas financeiras	2.652	2.933
Despesas financeiras (a)	(4.711)	(4.183)
Total	**4.983**	**15.135**

(a) Em 31 de dezembro de 2024, o resultado com despesas financeiras compreendem os valores de tarifa bancária, juros, multas, descontos concedidos e atualização monetária.

15. Imposto de renda e contribuição social: Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (nota 2.8), a Companhia é tributada com base no lucro real. O imposto de renda e a contribuição social devidos sobre os lucros tributáveis foram apurados conforme segue:

		2024
	Imposto de renda	**Contribuição Social**
Resultado antes da tributação	**107.738**	**107.738**
Adições permanentes	8.341	8.341
Adições temporárias	3.439	3.439
Resultado Fiscal	**119.518**	**119.518**
Base de cálculo após ajustes permanentes e temporários	**119.518**	**119.518**
Imposto de renda (15%)	17.928	-
Imposto de renda - adicional (10%)	11.928	-
Contribuição social (9%)	-	10.757
Deduções por incentivos fiscais	(1.446)	-
Total	**28.410**	**10.757**

		2023
	Imposto de renda	**Contribuição Social**
Resultado antes da tributação	**175.183**	**175.183**
Adições permanentes	13.306	13.306
Adições temporárias	5.041	5.041
Resultado Fiscal	**193.530**	**193.530**
Base de cálculo após ajustes permanentes e temporários	**193.530**	**193.530**
Imposto de renda (15%)	29.030	-
Imposto de renda - adicional (10%)	19.329	-
Contribuição social (9%)	-	17.418
Deduções por incentivos fiscais	(2.646)	-
Total	**45.713**	**17.418**

16. Partes relacionadas: A Companhia é controlada pela Holding Verde Empreendimentos e Participações S.A, que detêm 100% das ações ordinárias do capital. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta o saldo de dividendos a pagar no montante de R$18.195 (R$ 12.730 em 2023). A Companhia possui cotas do Fundo de Investimento "VGC FI Renda Fixa Referenciado DI", no valor de R$ 73.870 (R$ 119.000 em 2023), sem vencimento e com liquidez, administrado pela Intrag DTVM LTDA. O resultado com essa operação foi de R$ 6.767 (R$ 16.300 em 2023) no exercício. **a) Remuneração do pessoal-chave:** A remuneração total do pessoal-chave da administração, representado pelos diretores da Companhia conforme demonstrado abaixo:

	2024	2023
Total Remuneração	7.721

HOLDING VERDE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. - CNPJ/MF nº 19.853.465/0001-13

VERDE asset management

Relatório da administração

Senhores Acionistas, Atendendo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, assim como o balanço patrimonial consolidado, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. A Verde Asset Management S.A. e a Verde Serviços Internacionais S.A. (em conjunto, "Verde Asset") adotam uma filosofia de investimento que se baseia em estudo e trabalho intenso de pesquisa e em um processo profundo de análises macro e microeconômicas com viés fundamentalista, contemplando o mercado local e internacional. A Verde Asset possui uma estrutura que permite um fluxo constante de informações entre as diversas áreas de gestão e pesquisa, de maneira que todas as decisões sejam discutidas intensamente por todos e a qualquer momento, garantindo o entendimento geral das oportunidades e qualidade nas decisões. Em 31 de dezembro de 2024, a Verde Asset possuía R$ 18,65 bilhões (2023 - R$ 24,68 bilhões) de ativos sob gestão. ***Destaques do exercício:*** **• Receitas Operacionais:** Em 2024 as receitas operacionais auferidas pela Verde Asset passaram a ser compostas pelas: **(a)** Taxa de Administração, calculada sobre o valor do patrimônio líquido de cada fundo, é calculada e deduzida diariamente do patrimônio líquido do fundo. O total da taxa de administração correspondeu a R$ 276.684 mil (2023 - R$ 366.588 mil); e **(b)** Taxa de Performance, sempre que aplicável e disposto no regulamento no fundo, sendo equivalente a um percentual aplicável sobre a valorização da cota de cada fundo que exceder 100% (cem por cento) do índice de referência, já descontada a remuneração baseada na taxa de administração. O valor devido como taxa de performance é provisionado diariamente pelo fundo, pago semestralmente em 30.06 e 31.12 de cada ano ou no resgate de quotas, o que ocorrer primeiro. Na eventualidade das cotas apresentarem rentabilidade inferior à variação do índice de referência, ao final de um determinado período de performance, nenhuma taxa de performance será paga, até que seja compensada a diferença negativa entre a variação da rentabilidade das cotas e a variação do índice de referência. O total da taxa de performance no período correspondeu a R$ 3.706 mil (2023 - R$ 2.472 mil). **• Receitas Financeiras:** As receitas auferidas em 2024 totalizaram R$8.061 mil (2023 - R$17.416 mil), tendo sido originadas de operações em CDB-DI com remuneração de até 96% do CDI e por cotas do Fundo "VGC Renda Fixa Referenciado DI", administrado pela Intrag DTVM LTDA., sem vencimento e com liquidez imediata e com ativos representados substancialmente por operações compromissadas. **• Despesas Operacionais:** As despesas operacionais totalizaram R$ 126.802 mil (2023 - R$ 157.202 mil), sendo R$ 15.449 mil (2023 - R$ 16.767 mil) referente a despesas administrativas, R$ 107.110 mil (2023 - R$ 136.745 mil) de despesas com pessoal, R$ 3.103 mil (2023 - R$ 2.725 mil) de despesas de depreciação e amortização e R$ 1.140 mil (2023 - R$ 965 mil) de despesas tributárias. **• Impostos:** Imposto de renda e contribuição social totalizaram R$ 47.398 mil (2023 - R$ 67.291 mil) no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. **• Resultado do Exercício:** Apresentou um lucro líquido de R$ 84.559 mil (2023 - R$ 119.938 mil). **Auditoria independente:** Os trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram realizados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não foram prestados à Verde outros serviços pelos seus auditores independentes que não os relacionados à auditoria das demonstrações financeiras.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 - *Em milhares de reais*

ATIVO	Nota	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Circulante		**28.335**	**15.134**	**104.035**	**140.776**
Caixa e equivalentes de caixa	3	136	162	92.306	128.958
Contas a receber	4	-	-	9.976	9.642
Dividendos a receber	5	28.193	14.967	-	-
Despesas antecipadas		-	-	1.441	1.540
Outros créditos	6	6	5	312	636
Não circulante		**6.390**	**5.894**	**85.420**	**68.114**
Outros créditos longo prazo	6	-	-	849	-
Depósitos judiciais	10	-	-	63.769	54.076
Investimentos	5	6.390	5.894	-	-
Ativos de direito de uso	7	-	-	17.286	9.231
Imobilizado	8	-	-	3.500	4.773
Intangível	8	-	-	16	34
Total do ativo		**34.725**	**21.029**	**189.455**	**208.890**

PASSIVO	Nota	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Circulante		**28.635**	**14.939**	**101.919**	**136.113**
Contas a pagar		-	-	569	613
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	9.1	-	-	50.085	90.616
Obrigações fiscais	9.2	-	-	19.544	27.733
Dividendos a pagar	11.3	28.635	14.939	28.635	14.939
Passivos de arrendamento	7	-	-	3.086	2.212
Não circulante		**-**	**-**	**84.320**	**68.899**
Provisão para contingências	10	-	-	65.950	58.079
Passivos de arrendamento	7	-	-	15.284	8.608
Patrimônio líquido	11	**6.090**	**6.090**	**6.302**	**6.090**
Capital social		5.000	5.000	5.000	5.000
Reserva legal		1.000	1.000	1.000	1.000
Reserva de lucros		90	90	90	90
Participação de Acionistas não Controladores		-	-	212	-
Total do passivo e patrimônio líquido		**34.725**	**21.029**	**189.455**	**208.890**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Receitas com prestação de serviços		-	-	280.390	369.060
(-) Impostos e contribuições sobre serviços prestados		-	-	(28.883)	(40.658)
Receita operacional líquida	12	**-**	**-**	**251.507**	**328.402**
Receitas (despesas) operacionais					
Resultado de equivalência patrimonial		84.748	120.028	-	-
Outras receitas operacionais		-	-	1.346	-
Despesas administrativas	13	(116)	(106)	(15.449)	(16.767)
Despesas com pessoal	14	-	-	(107.110)	(136.745)
Despesas com depreciação e amortização		-	-	(3.103)	(2.725)
Despesas tributárias		-	-	(1.140)	(965)
Resultado operacional		**84.632**	**119.922**	**126.051**	**171.200**
Receitas/(despesas) financeiras	15	15	17	5.906	16.029
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**84.647**	**119.938**	**131.957**	**187.229**
Imposto de renda e contribuição social corrente	16	-	-	(47.398)	(67.291)
Lucro líquido do exercício		**84.647**	**119.938**	**84.559**	**119.938**
Lucro líquido Atribuível aos Acionistas Controladores		-	-	84.647	119.938
Lucro líquido/(Prejuízo) Atribuível aos Acionistas não Controladores		-	-	(88)	-
Ações do capital social ao final do exercício		5.000.000	5.000.000	5.000.000	5.000.000
Lucro por ação do capital social ao final do exercício - R$		16,93	23,99	16,91	23,99

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - *Em milhares de reais*

	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Lucro líquido do exercício	84.647	119.938	84.559	119.938
Outros resultados Abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**84.647**	**119.938**	**84.559**	**119.938**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - *Em milhares de reais*

	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	84.647	119.938	131.957	187.229
Ajustes				
Depreciação e amortização	-	-	3.103	2.725
Resultado de equivalência patrimonial	(84.748)	(120.028)	-	-
Provisões de contingência fiscal	-	-	7.871	10.154
Lucro (Prejuízo) do exercício ajustado	**(101)**	**(90)**	**142.931**	**200.108**
(Aumento)/Redução em contas a receber	-	-	(334)	1.588
(Aumento)/Redução em despesas antecipadas	-	-	99	44
(Aumento)/Redução em outros créditos	-	(3)	(525)	(18)
(Aumento) em depósitos judiciais	-	-	(9.693)	(10.922)
(Aumento) em ativos de direito de uso	-	-	(8.055)	899
Aumento /(Redução) em contas a pagar	-	-	7.506	(140)
(Redução) em obrigações trabalhistas e previdenciárias	-	-	(40.531)	(15.145)
Aumento em obrigações fiscais	-	-	(413)	(5.217)
Caixa gerado das (aplicado nas) operações	**(101)**	**(93)**	**90.985**	**171.197**
Impostos de renda e contribuição social pagos	-	-	(55.174)	(90.531)
Caixa líquido gerado pelas (utilizados nas) atividades operacionais	**(101)**	**(93)**	**35.811**	**80.666**
Fluxo de caixa nas atividades de investimentos				
Recebimento de dividendos	71.726	162.718	-	-
Integralização de capital em investida	(700)	-	-	-
Aquisição de imobilizado/intangível	-	-	(1.812)	(1.879)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	**71.026**	**162.718**	**(1.812)**	**(1.879)**
Fluxo de caixa nas atividades de financiamentos				
Integralização de capital	-	-	300	-
Dividendos pagos no exercício	(70.951)	(162.624)	(70.951)	(162.624)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamentos	**(70.951)**	**(162.624)**	**(70.651)**	**(162.624)**
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(26)**	**2**	**(36.652)**	**(83.837)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	162	160	128.958	212.795
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	136	162	92.306	128.958
Aumento/ (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(26)**	**2**	**(36.652)**	**(83.837)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - *Em milhares de reais*

	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total controlador	Participação não controlador	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**5.000**	**1.000**	**90**	**-**	**6.090**	**-**	**6.090**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	119.938	119.938	-	119.938
Destinação								
Dividendos propostos	11.3	-	-	-	(119.938)	(119.938)	-	(119.938)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**5.000**	**1.000**	**90**	**-**	**6.090**	**-**	**6.090**
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**5.000**	**1.000**	**90**	**-**	**6.090**	**-**	**6.090**
Integralização de capital	5	-	-	-	-	-	300	300
Lucro líquido do exercício		-	-	-	84.647	84.647	(88)	84.559
Destinação								
Dividendos propostos	11.3	-	-	-	(84.647)	(84.647)	-	(84.647)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		**5.000**	**1.000**	**90**	**-**	**6.090**	**212**	**6.302**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional: A Holding Verde Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia" ou "Controladora") domiciliada no Brasil, com sede na cidade e no estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3.600 - conjunto 111, constituída em 26 de fevereiro de 2014 é uma sociedade anônima de capital fechado. A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior. A Companhia participa como controladora direta nas seguintes empresas:

Companhias controladas	Principais atividades desenvolvidas	% Participação 31/12/2024
Verde Asset Management S.A.	Gestão de recursos de terceiros	100
Verde Asset Agro e Imobiliário Ltda.	Gestão de recursos de terceiros	70
Verde Serviços Internacionais S.A.	Gestão de recursos de terceiros	100

A Companhia mantém controle do Fundo de Investimento em Renda Fixa denominado "VGC Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI", o qual está apresentado de forma consolidada, nas Demonstrações Financeiras Intermediárias em 31 de dezembro de 2024. Tal consolidação, dá-se, pois, a capitalização deste fundo é proveniente do esforço de caixa realizado pela Companhia e suas Controladas. A emissão destas Demonstrações Financeiras foi autorizada pela Diretoria em 15 de maio de 2025.

2. Resumo das principais políticas contábeis: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras Intermediárias individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, salvo quando indicado de outra forma. **2.1. Base de preparação e apresentação:** As Demonstrações Financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas pela Companhia e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras estão descritas a seguir. A preparação de Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das práticas contábeis do Grupo. **2.2. Demonstrações financeiras consolidadas:** As Demonstrações Financeiras consolidadas incluem a Companhia, suas empresas controladas indicadas na Nota 5 e o VGC Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI, onde as empresas do Grupo são as principais beneficiárias ou detentoras das principais obrigações. A carteira desse fundo de investimento está classificada por tipo de operação e está distribuída em cada categoria nas quais originalmente foram alocados. Considera-se existir controle quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. **Fundo de Investimento Consolidado: i. VGC Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI**: Na consolidação foram eliminados os saldos e as transações entre as companhias e fundo de investimento, através dos seguintes procedimentos: a) eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas e fundo de investimento, se aplicável; b) eliminação dos saldos de investimentos da Controladora com os saldos de capital, reservas e lucros acumulados das controladas, assim como a eliminação dos saldos de aplicações no fundo de investimento da Controladora e c) destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas Demonstrações Financeiras consolidadas, se aplicável. As Controladas e o Fundo de Investimento são integralmente consolidados a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidados a partir da data em que o controle cessa. As operações entre as partes relacionadas, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nas operações entre a Companhia e suas controladas foram eliminados. As perdas entre as empresas do Grupo são também eliminadas, exceto no caso de perda do valor recuperável, quando então, devem ser reconhecidas nas Demonstrações Financeiras intermediárias consolidadas. **2.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários disponíveis, bem como aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, quando aplicáveis. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. **2.5. Instrumentos financeiros:** O CPC 48 (IFRS 9) aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9, foi emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) em julho de 2014 e pelo CPC em 2016, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. **2.5.1. Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, que se referem aos saldos junto as Instituições Financeiras e mensurados ao custo amortizado que compreendem ao "contas a receber de clientes" e "demais contas a receber". A classificação está alinhada ao modelo de negócios da entidade para a gestão de ativos financeiros e também nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. A Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 possui instrumentos financeiros, mensurados a valor justo, classificados em nível 1. A Companhia não possui instrumentos derivativos e não adota contabilização de hedge. **2.5.2. Reconhecimento e mensuração:** Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas (despesas) financeiras" no período em que ocorrem. **2.6. Contas a receber:** As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços de gestão dos fundos de investimentos no decurso normal das atividades da Companhia. O prazo de recebimento é inferior a um ano, e, portanto, as contas a receber estão classificadas no ativo circulante. **2.7. Arrendamentos:** A Companhia aluga andar de prédio comercial para sua área administrativa. O contrato de aluguel foi realizado para o período de 5 anos. Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos fixos estabelecidos contratualmente (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber). Os pagamentos do arrendamento são descontados utilizando a taxa incremental de empréstimo do arrendatário, sendo essa a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes. Para determinar a taxa incremental de empréstimo, a Companhia utilizou a taxa de financiamento obtida com instituição financeira relevante no mercado, que já possui o spread de crédito, de 11,55% a.a. Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento. Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. **2.8. Imobilizado:** Demonstrados ao custo histórico de aquisição, menos o valor da depreciação, calculada de acordo com a vida útil definida e de qualquer perda não recuperável acumulada, a partir da entrada da Companhia em operação. O custo histórico inclui os gastos necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração. **2.9. Intangível:** As licenças de *software* adquiridas são demonstradas pelo custo histórico menos amortização e perdas por *impairment* acumuladas. Todos os ativos intangíveis são considerados como tendo uma vida útil definida de 5 anos.

2.10. Imposto de renda e contribuição social: São calculados com base nas alíquotas vigentes de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, para fins de determinação de exigibilidade. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. A apuração do imposto de renda e da contribuição social corrente da Controladora e das controladas foi apurada com base no regime do lucro real. Os créditos tributários diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, são reconhecidos somente na extensão em que sua realização seja provável e quando o lucro futuro tributável estiver disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. **2.11. Capital social:** As ações do capital social são classificadas no patrimônio líquido. Os eventuais custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. **2.12. Reconhecimento de receita:** CPC 47 (IFRS 15) - Receitas de contratos com clientes: Foi emitido em maio de 2014 e é aplicável para relatórios anuais com início em 1º de janeiro de 2018. Esta norma especifica como e quando será reconhecida a receita, bem como a exigência de que as entidades forneçam aos usuários, em suas demonstrações financeiras, maior nível de informação e com notas explicativas completas. A norma traz cinco princípios básicos a serem aplicados a todos os contratos com clientes, sendo eles: i) identificar o contrato com o cliente; ii) identificar as obrigações de execução estabelecidas no contrato; iii) determinar o preço de transação; iv) alocar o preço de transação às obrigações de execução e v) reconhecer a receita no momento em que (ou à medida em que) a entidade cumprir uma obrigação de execução. O princípio básico do CPC 47 consiste em que uma entidade reconhece receitas para descrever a transferência de produtos ou serviços prometidos a clientes por um valor que reflete a contraprestação a que a entidade espera ter direito em troca desses produtos ou serviços. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelos serviços de gestão de fundos de investimentos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e quando não existirem incertezas quanto a realização financeira, conforme descrição a seguir. **(a) Taxas de administração:** As taxas de administração são reconhecidas nos períodos em que os correspondentes serviços são realizados, em conformidade com os critérios de reconhecimento definidos contratualmente que em geral, refere-se a um percentual aplicado sobre o patrimônio líquido de cada fundo de investimento sob gestão. Os percentuais das taxas de administração são de até 2% ao ano. **(b) Taxas de performance:** As taxas de performance são reconhecidas contabilmente quando o retorno dos ativos sob gestão num determinado período pré-estabelecido nos regulamentos de cada fundo, ultrapassam certos referenciais de retorno (benchmark) ou outros referenciais de performance de acordo com o regulamento de cada fundo. Os períodos de apuração das taxas de performance são semestrais, encerrando-se, substancialmente em junho e dezembro de cada exercício. **2.13. Distribuição de lucros:** A distribuição de lucros aos acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas Demonstrações Financeiras intermediárias, com base no Estatuto Social. **2.14. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios abaixo: **(a) Ativos contingentes:** Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras. **(b) Passivos contingentes:** Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Para os processos cujo risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas e para os processos cujo risco de perda é remoto não é efetuada qualquer divulgação. **(c) Obrigações legais:** São derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, e têm os seus montantes integrais reconhecidos contabilmente. **2.15. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As Demonstrações Financeiras intermediárias estão sendo apresentadas em reais, moeda funcional e de apresentação da Companhia.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Conta corrente	5	5	33	33
Aplicações financeiras (*)	131	157	92.273	128.925
Total	**136**	**162**	**92.306**	**128.958**

(*) Em 31 de dezembro de 2024, as aplicações financeiras do consolidado estão representadas por operações em CDB-DI com remuneração de até 96% do CDI e por cotas do Fundo "VGC Renda Fixa Referenciado DI", administrado pela Intrag DTVM LTDA., sem vencimento e com liquidez. O resultado das operações foi de R$ 8.061 (R$ 17.416 em 31 de dezembro de 2023) e estão registradas em "Receitas financeiras" (Nota 14).

4. Contas a receber

	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Gestão de fundos nacionais (a)	6.672	7.636
Gestão de fundos internacionais (b)	3.304	2.006
Total	**9.976**	**9.642**

(a) A gestão da carteira dos fundos nacionais está sob responsabilidade da Verde Asset Management S.A., cujo a administração está sob a responsabilidade da Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A. e BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A., cujos patrimônios líquidos dos Fundos geridos, em 31 de dezembro de 2024, totalizavam R$ 11,15 bilhões (R$ 18,36 bilhões em 31 de dezembro de 2023). (b) A gestão da carteira dos fundos internacionais está sob responsabilidade da Verde Serviços Internacionais S.A., cujo a administração está sob a responsabilidade do Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A., cujo patrimônio líquido dos Fundos geridos, em 31 de dezembro de 2024, totalizavam R$ 7,51 bilhões (R$ 6,32 bilhões em 31 de dezembro de 2023). Em 31 de dezembro de 2024, o montante de R$ 9.976 (R$9.642 em 31 de dezembro de 2023) referia-se a taxa de administração e performance, que foram recebidas no mês subsequente. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a receita de taxa de gestão e performance dos fundos nacionais e internacionais totalizou R$ 280.390 (R$ 369.060 em 31 de dezembro de 2023) e está registrada em "Receitas com prestação de serviços".

5. Investimentos em controladas: Em julho de 2024 a administração do Grupo decidiu por constituir a Verde Asset Agro Imobiliário Ltda, empresa essa que possui como controlador a Holding Verde com 70% de participação do seu capital social - capital social integralizado pelo controlador (70% - R$700) e não controladores (30% - R$300). Com isso, a Companhia possui os seguintes investimentos em 31 de dezembro de 2024:

								31/12/2024
	Percentual de participação	Capital social	Reserva de lucros	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Dividendos pagos/propostos	Patrimônio líquido	Resultado de equivalência patrimonial	Saldo final de investimento
Verde Asset	100%	2.811	562	68.571	(68.571)	3.373	68.571	3.373
Verde Serviços	100%	2.101	420	16.381	(16.381)	2.521	16.381	2.521
Verde Asset Agro	70%	1.000	-	(292)	-	708	(204)	496
							84.748	6.390

								31/12/2023
	Percentual de participação	Capital social	Reserva de lucros	Lucro líquido do exercício	Dividendos pagos/propostos	Patrimônio líquido	Resultado de equivalência patrimonial	Saldo final de investimento
Verde Asset	100%	2.811	562	112.052	(112.052)	3.373	112.052	3.373
Verde Serviços	100%	2.101	420	7.976	(7.976)	2.521	7.976	2.521
							120.028	5.894

As movimentações dos saldos de investimentos nos semestres findos em 31 de dezembro de 2024 foram:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício	5.894	5.894
Integralização de capital	700	-
Equivalência patrimonial	84.748	120.028
Dividendos recebidos no exercício	(56.759)	(105.061)
Dividendos propostos a receber	(28.193)	(14.967)
Total	**6.390**	**5.894**

a) A Verde Asset Management S.A., com sede no Estado e na cidade de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3.600 - conjunto 111, tem por objeto social os seguintes itens: **i.** O exercício da administração de carteiras e valores mobiliários próprios e/ou terceiros, especificamente (a.i) fundos de hedge, (a.ii) fundos de investimentos em participações e (a.iii) fundos de renda fixa ofertada a investidores institucionais, em qualquer caso ((a.i), (a.ii) e (a.iii)), no Brasil e no exterior; e **ii.** A participação no capital e nos lucros de outras empresas nacionais ou estrangeiras na condição de acionista, sócia ou quotista, titular de debêntures ou partes beneficiárias, em caráter permanente ou temporário, como controladora ou minoritária. **b)** A Verde Serviços Internacionais S.A., com sede no Estado e na cidade de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3.600 - conjunto 111, tem por objeto social os seguintes itens: **i.** Exercício da administração de carteiras e valores mobiliários; **ii.** Gestão de fundos de investimentos e carteiras administradas constituídos no exterior; **iii.** Execução de serviços de controle em geral correlatos à administração e gestão de fundos de investimentos e carteiras administradas constituídos no exterior, e **iv.** Prestação de serviços de controle de risco de fundos de investimento e carteiras administradas constituídas no exterior. **c)** A Verde Asset Agro e imobiliário Ltda, com sede no Estado e na cidade de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima. nº 3.600 - conjunto 111, tem por objeto social os seguintes itens abaixo, embora ainda não se encontra operacional: **i.** Administração de carteiras de valores mobiliários na categoria de gestor de recursos conforme a Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021, conforme alterada, inclusive de fundos de investimento e carteiras administradas; **ii.** Administração e/ou gestão de fundos de investimento e carteiras administradas no exterior; **iii.** Consultoria especializada envolvendo investimentos; **iv.** Consultoria e/ou assessoria relacionadas e/ou desenvolvidas no contexto de uma operação relacionada a investimentos da Sociedade e/ou de quaisquer veículos de investimento por ela geridos; **v.** Consultoria em avaliação de viabilidade financeira de negócios; **vi.** Originação de oportunidades de investimentos; **vii.** A prestação de serviços de distribuição de quotas de fundos de investimentos geridos pela Sociedade, observada a regulamentação aplicável; e **viii.** A participação no capital e nos lucros de outras empresas nacionais ou estrangeiras na condição de acionista, sócia ou quotista, titular de debêntures ou partes beneficiárias, em caráter permanente ou temporário, como controladora ou minoritária.

6. Outros créditos

	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	26
Adiantamentos aos funcionários (a)	-	-	188	22
Depósito caução (b)	-	-	849	559
Impostos a compensar	6	5	10	29
Empréstimos pessoas ligadas (c)	-	-	114	-
Total	**6**	**5**	**1.161**	**636**

(a) Adiantamento de funcionários refere-se aos valores pagos a título de férias que serão baixados pela competência do período de férias. (b) O depósito caução, realizado em 14 de junho de 2021 está pré-determinado no contrato assinado entre a Verde Asset, Verde Serviços e Aquarius Empreendimentos e Participações Ltda., empresa administradora do imóvel alugado pela própria Verde, localizado na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.600 - 11º andar. O contrato foi firmado em 01 de abril de 2021, com prazo de cinco anos. O valor depositado é atualizado monetariamente pelo índice da poupança. Em 23/05/2024, houve um novo depósito de caução referente ao enquadramento do novo contrato, portanto o saldo apresentado em 31 de dezembro de 2024 já considera o novo depósito e atualizações. (c) A rubrica de empréstimos com pessoas ligadas refere-se aos valores emprestados pela nova investida, a Verde Asset Agro e imobiliários Ltda para os sócios pessoas físicas.

7. Arrendamentos: O balanço patrimonial contém os seguintes saldos relacionados a arrendamentos:

	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Ativos de direito de uso		
Aluguel - CPC 06 (a)	20.183	11.990
Depreciação acumulada	(2.897)	(2.759)
Total	**17.286**	**9.231**
	31/12/2024	**31/12/2023**
Passivo de arrendamentos		
Contrato de locação	30.459	16.024
(-) Juros sobre contrato de locação	(12.089)	(5.204)
Total	**18.370**	**10.820**

(a) O contrato de aluguel foi assinado entre a Verde Asset, Verde Serviços e FL Square Fundo de investimento imobiliário, dono do imóvel alugado pela própria Verde, localizado na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.600 - 11º andar. O contrato foi firmado em 01 de abril de 2021, com prazo de cinco anos e renovado por mais cinco anos contados a partir de 01 de abril de 2024.

A movimentação do saldo do ativo de direito de uso é evidenciada abaixo:

| | 31

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: https://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/1B30-EB36-F0F1-AEDD ou vá até o site https://assinaturas.certisign.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 1B30-EB36-F0F1-AEDD

Hash do Documento

883DEDBDF59AD251B4AE19B6820341E056602451B37A2C39FC2C87BE735AC75B

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 20/05/2025 é(são) :

- ☑ JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 39.732.792/0001-24 em 20/05/2025 00:02 UTC-03:00

  Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24